

Campanha ou guerra?

08/10/2010

*Arlete Sampaio**

Campanha insidiosa não é campanha, é guerra. Campanha que abusa do sentimento religioso não é campanha, é cruzada. Campanha que inventa frases nunca proferidas por Dilma para demonizá-la não é campanha, é crime.

A quem interessa esse clima de guerra? A ninguém que cultive um mínimo de espírito democrático. A ninguém que tenha esclarecimento suficiente para saber que uma campanha eleitoral não é um plebiscito sobre questões bioéticas que são complexas, que envolvem os três poderes da República e que merecem um tratamento sério, e não sua banalização e uso preconceituoso.

Não era para ser isso, mas o segundo turno pode se tornar uma batalha do esclarecimento contra o obscurantismo. Voltamos ao século XVIII. É lá, no século XVIII, que os setores elitistas ultraconservadores insistem em querer manter o Brasil, em inúmeras questões. E é lamentável que parte considerável dos que se dizem democratas se renda a esse senhorio e aceite entrar pela porta dos fundos desse condomínio.

Ao percebermos esse quadro, é preciso uma mudança de postura. Da candidata, dos partidos, dos militantes, e principalmente dos cidadãos que vêem sua cidadania ser arranhada pelas patas do reacionarismo; dos que são ameaçados em seu direito de discernir corretamente sobre o que está em jogo, diante de uma pregação que não é só destinada ao 2º turno, mas até a um 3º turno da eleição presidencial.

Todos os setores democráticos e populares, os que votaram em Marina e mesmo parte dos que votaram em Serra têm o dever de entender o que se está passando. A candidatura adversária está sendo capturada pelo reacionarismo. O candidato Serra, que se dizia orgulhoso de sua biografia, será que ainda faz questão de preservá-la? É o que veremos, não no horário eleitoral gratuito, mas nas ruas, nos panfletos apócrifos, nas mensagens que destilam ódio pela internet, nos pronunciamentos de seu vice (seja lá quem for).

As três principais candidaturas (Dilma, Serra e Marina) fizeram um primeiro turno relativamente tranquilo, salvo pelas duas últimas semanas de ataques irracionais à candidata governista. Dilma com um programa propositivo, Serra fingindo não ser de oposição e Marina falando, justamente, contra a polarização (que ela paradoxalmente contribuiu para produzir, com o 2º turno).

Segundo turno, não tem jeito: é plebiscito. Ele representa um instrumento de grande importância em nosso sistema político, pois garante que o escolhido seja de fato respaldado pela ampla maioria dos eleitores. Por isso, os candidatos são obrigados a mostrar quem são, o que representam e quem representam.

É disso que se trata: a partir de agora, vai ser preciso dar nome aos bois e às boiadas. Dilma ultrapassou o teto histórico da votação da esquerda em primeiro turno, mesmo das votações dadas às campanhas vitoriosas de Lula. É um feito que demonstra o avanço conquistado pelos movimentos sociais e suas organizações e pelo amadurecimento do eleitorado brasileiro, facilitado por um conjunto de políticas públicas que mostrou as diferenças abissais do governo Lula em relação a qualquer outro governo.

Devemos pensar em três frentes: na política, na questão ambiental e no desenvolvimento do país. Na política, o que está em jogo é o enraizamento da participação popular no desenho das políticas públicas e o fortalecimento das classes sociais menos favorecidas, em sua luta não apenas por ascensão econômica, mas por protagonismo político. Isso é algo que incomoda muita gente e que a ultradireita quer eliminar a todo

custo.

Na questão ambiental, há uma guerra do setor predatório do agronegócio contra Dilma. Basta ver que os mapas de votação que dão maioria a Serra localizam-se fortemente em Estados e localidades que têm os maiores focos de agronegócio predatório. É só ver quem está do lado de Serra e os ruralistas que o apóiam.

Já o modelo de desenvolvimento sustentável com inclusão social deve mostrar suas diferenças com o modelo de desenvolvimento excludente, privatista e predatório. Vamos ter que lembrar dos vãos de galinha, dos “inimpregáveis”, dos “vagabundos” (foi assim mesmo que FHC denominou os servidores públicos aposentados), da época em que se considerava delírio um salário mínimo de 100 dólares (isso mesmo, hoje daria menos de 170 reais).

Será preciso mostrar o que fizemos em crescimento econômico e em desenvolvimento social das regiões mais pobres. Teremos que relembrar o que era a Petrobrás e o BNDES há 8 anos e o que eles representam agora, ao terem sido transformados em alavancas do desenvolvimento nacional, com impactos positivos até sobre a América do Sul.

Será preciso mostrar o que se fez política externa, que de um lado simboliza a importância do Brasil no exterior e, de outro, atifa os que têm o complexo de vira latas.

Será preciso comparar o que se fez na Saúde no Governo Lula com o caos da saúde em São Paulo, confrontando as opções de gestão: de um lado, o fortalecimento da gestão pública; do outro, o desmonte, a terceirização, a falta de investimentos. Será preciso defender o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, inclusive com a ajuda dos que foram responsáveis pela área de direitos humanos durante a gestão anterior.

Questões como essas deveriam ser o cerne do debate. Mas isso é para uma campanha. Para uma guerra, é mais do que urgente que não só os partidos coligados à candidatura Dilma, mas todos os movimentos de cidadania que lutam arduamente pela melhoria da qualidade do voto, pelo aperfeiçoamento da nossa democracia, pela não deturpação e manipulação do debate eleitoral cumpram a tarefa de alertar os cidadãos e cidadãs sobre as ações perversas dos que se aproveitam desse momento eleitoral e do espaço dado pela candidatura adversária para esgrimir suas ignomínias.

É preciso uma nova campanha da legalidade, com um trabalho militante de recolhimento de denúncias e acionamento penal daqueles que se acham livres para produzir atentados à democracia. Tenho a certeza de que, se isso for estancado, deixaremos de travar uma guerra e poderemos democraticamente iniciar uma campanha.

E poderemos certamente descobrir que os que apostam no envenenamento do debate eleitoral são provavelmente os mesmos que acabaram derrotados na luta pela redemocratização do país. Luta que custou muitas vidas e foi vitoriosa graças a muita mobilização popular.

É essa história que devemos defender neste momento em que não podemos cair na defensiva, nem nos acovardar pelas ameaças infames dos profetas do golpismo e dos Zés do Apocalipse.

** Arlete Sampaio é Deputada Distrital eleita pelo PT-DF, foi Vice-Governadora do DF (1995-1998) e Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Lula. Este artigo foi publicado, originalmente, pela [Agência Carta Maior](#).*

Compartilhe nas redes: